

de candidatos a cargos efectivos diferente da lista não aceite anteriormente;

- b) Os prazos a que se refere este Regulamento serão reduzidos por deliberação da mesa da assembleia geral, que divulgará o calendário eleitoral, em conjunto com a convocatória da assembleia geral.

#### Artigo 46.º

##### (Publicação dos resultados)

1 — Os resultados eleitorais deverão ser comunicados, através de edital afixado na Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, até três dias após a realização da votação, e serão, no mesmo prazo, remetidas para publicação no *Diário da República*, 3.ª série, as listas dos órgãos que tiverem sido eleitos.

2 — Verificado o circunstancialismo referido no artigo 45.º, deverão a convocatória da assembleia geral e o calendário eleitoral constar do edital mencionado no número anterior.

### CAPÍTULO VI

#### Disposições gerais

#### Artigo 47.º

##### (Tomada de posse dos membros eleitos)

Os membros efectivos e suplentes eleitos pela assembleia geral deverão tomar posse nos cinco dias anteriores ou posteriores ao início do primeiro ano do triénio a que se refere a eleição ou nos dez dias posteriores ao do apuramento dos resultados da votação, se essa ocorrer no decurso de um triénio.

#### Artigo 48.º

##### (Perda do cargo)

Quando ocorram factos que retirem capacidade eleitoral passiva a qualquer dos membros eleitos, serão estes exonerados pelo presidente da mesa da assembleia geral se, decorridos oito dias sobre a data em que tais factos se verificaram, não tiverem voluntariamente pedido a sua demissão.

#### Artigo 49.º

##### (Preenchimento de vagas ocorridas após eleição)

Depois de apurados os resultados das eleições, o preenchimento de vagas ocorridas nos cargos de membros efectivos eleitos far-se-á em conformidade com o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 7.º

Ministérios da Justiça e das Finanças e do Plano, 5 de Março de 1981. — O Ministro da Justiça, *José Manuel Meneres Sampaio Pimentel*. — O Ministro das Finanças e do Plano, *João António de Moraes Leitão*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO

### Decreto-Lei n.º 125/81

de 27 de Maio

O desconto de 0,5 % nos vencimentos dos funcionários e agentes da administração pública central, regional e local e dos institutos públicos beneficiários da ADSE foi criado pela Lei n.º 21-A/79, de 25 de Junho, que aprovou o Orçamento Geral do Estado daquele ano, e mantido pelo Decreto-Lei n.º 201-A/79, de 30 de Junho.

O Decreto-Lei n.º 183-L/80, de 9 de Junho, veio institucionalizar aquele desconto, isentando do mesmo os funcionários na situação de aposentação e determinando ainda que as importâncias descontadas constituíssem receita do Estado, desde que os encargos com a protecção na doença fossem suportados pela ADSE.

Até à publicação do Decreto-Lei n.º 324/78, de 8 de Novembro, os serviços dotados de autonomia administrativa e financeira, bem como os corpos administrativos, suportavam todos os encargos com os cuidados de saúde prestados aos seus funcionários nos termos dos acordos celebrados com base no artigo 4.º do Decreto n.º 45 688, de 27 de Abril de 1964.

Todavia, o custo dos medicamentos consumidos por estes beneficiários veio a ser suportado, na totalidade, pelo orçamento da ADSE a partir da publicação do referido Decreto-Lei n.º 324/78. Embora o mesmo preceito legal estabelecesse também que a ADSE deveria ser reembolsada das verbas despendidas, em condições a fixar por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e das respectivas tutelas, o certo é que até à presente data tal não veio a verificar-se em relação aos serviços autónomos. Daí que os orçamentos da ADSE venham reflectindo o peso de tais encargos, cuja capitação atingiu, em 1979, a cifra de 865\$.

Por outro lado, o custo dos cuidados de saúde prestados à generalidade dos funcionários e agentes da administração central, regional e local e dos institutos públicos e respectivos familiares, cujo número, em 31 de Dezembro do ano findo, rondava já 1 300 000, é cada vez mais oneroso para o Orçamento Geral do Estado, importando encontrar uma compensação que minimize o acréscimo dos custos e proporcione melhores regalias.

Assim:

Usando da autorização legislativa concedida pelo n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 4/81, de 24 de Abril, o Governo decreta, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

#### ARTIGO 1.º

##### (Desconto nos vencimentos)

Os vencimentos dos funcionários e agentes dos serviços do Estado beneficiários da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) ou de outros esquemas

de assistência própria ficam sujeitos ao desconto de 1 % a partir da data da entrada em vigor do presente decreto-lei.

#### ARTIGO 2.º

##### (Atribuição dos descontos)

1 — As importâncias descontadas constituem receita do Estado, quer se trate de serviços simples, de organismos dotados de autonomia administrativa e financeira ou de institutos públicos.

2 — Relativamente aos funcionários e agentes dos corpos administrativos, o desconto constituirá receita dos organismos que suportem os respectivos encargos, ficando estes, porém, sujeitos às condições prescritas no Decreto-Lei n.º 324/78, de 8 de Novembro, no Decreto-Lei n.º 45 688, de 27 de Abril de 1964, e no despacho conjunto dos Ministros das Finanças e do Plano e da Administração Interna, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 9 de Janeiro último.

3 — Os organismos autónomos e institutos públicos continuam sujeitos ao pagamento da importância de 50\$ anuais por beneficiário inscrito, como compensação das despesas de administração da ADSE.

#### ARTIGO 3.º

##### (Isenções)

Ficam isentos do desconto previsto no artigo 1.º os funcionários e agentes aposentados, beneficiários da ADSE.

#### ARTIGO 4.º

##### (Dúvidas)

As dúvidas resultantes da aplicação deste diploma serão resolvidas por despacho do Ministro das Finanças e do Plano.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 30 de Abril de 1981. — *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

Promulgado em 14 de Maio de 1981.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO

Inspecção-Geral de Finanças

#### Portaria n.º 435/81

de 27 de Maio

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Orçamento, ao abrigo dos artigos 7.º, n.ºs 1 e 2, e 14.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 586/80, de 31 de Dezembro, o seguinte:

1.º É fixado em 4\$50 o preço de venda ao público de cada unidade de venda de fósforos, com as seguintes características:

Marca — *Grandes*;

Tipo — Fósforo amorfo;

Conteúdo — 120 fósforos;

Dimensões:

Comprimento — 61,5 mm;

Secção — 2,15 mm × 2,15 mm.

2.º É revogado o n.º 2 da Portaria n.º 190/81, de 18 de Fevereiro, somente na parte que interessa às caixas de 120 fósforos.

3.º Esta portaria entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Ministério das Finanças e do Plano, 11 de Maio de 1981. — O Secretário de Estado do Orçamento, *Alípio Barrosa Pereira Dias*.

### MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO, DO TRABALHO E DA REFORMA ADMINISTRATIVA

#### Portaria n.º 436/81

de 27 de Maio

O quadro de pessoal da Auditoria Jurídica do Ministério do Trabalho, com a composição decorrente da Portaria n.º 710/79, de 29 de Dezembro, comporta na carreira de pessoal técnico superior dois lugares de assessor, quatro de técnico superior principal e três, respectivamente, de técnico superior de 1.ª classe e de técnico superior de 2.ª classe.

Constata-se, no entanto, que esta composição não é a adequada à qualidade de trabalho que as atribuições legalmente cometidas à Auditoria Jurídica exigem. Trata-se do órgão de consultadoria jurídica do Ministério por excelência, ao qual, além disso, compete informar e apoiar tecnicamente os processos judiciais e de contencioso em que o Ministério seja parte. A perfeita consecução destes objectivos exige da parte dos funcionários envolvidos uma sedimentação de conhecimentos somente exigível a técnicos experimentados.

Pretende-se, por tal razão, dotar a Auditoria Jurídica com um número suficiente de técnicos superiores das categorias mais elevadas na carreira, que serão recrutados, nos termos legalmente previstos, entre os técnicos superiores dos restantes quadros do Ministério que reúnam os requisitos e com o perfil indicado para aquele efeito.

Ainda não é possível com a presente portaria atingir plenamente esse objectivo, uma vez que existem situações e legítimas expectativas de funcionários que importa acautelar. No entanto, dá-se desde já um importante passo no sentido pretendido, que é o da sublimação profissional dos técnicos da Auditoria Jurídica do Ministério do Trabalho de acordo com o mérito e a experiência exigidos pelas funções que lhes estão cometidas.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e do Plano, do Trabalho e da Reforma Administrativa, ao abrigo do disposto